

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GUSTAVO DA SILVA FERNANDES

**Política externa e direita radical populista: o caso do euroceticismo húngaro sob Viktor
Orban**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais. Orientador: Prof. Dr. Laerte Apolinário Júnior

SP
2023

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a política externa “eurocética” de Viktor Orban, na Hungria. O regime de Orban tem se tornado o exemplo quintessencial da direita radical populista no poder. Desde 2010 Orban vem recrudescendo as características iliberais de seu regime (denominado pelo próprio líder como “Democracia Iliberal”), por meio de instrumentos majoritários, a partir de sua vitória no parlamento húngaro, em que o seu partido conseguiu a maioria dos assentos em disputa. Com isso, as primeiras ações adotadas pelo novo governo húngaro visaram minar o direito de minorias, a margem de manobra da oposição e atacar a independência das instituições como o judiciário e a mídia, bem como a liberdade de imprensa. Uma das principais características do seu regime é também o ataque à ordem liberal nas relações internacionais. Nesse sentido, por meio de uma análise bibliográfica e documental, a pesquisa estudou as críticas e medidas de Orban contra a União Europeia e contra Bruxelas, vistos pelo governo húngaro como hostis a soberania e às tradições conservadoras do país.

Palavras-chave: Viktor Orban. Fidesz. União Europeia. Iliberalismo. Euroceticismo

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze Viktor Orban's "Eurosceptic" foreign policy in Hungary. Orban's regime has become the quintessential example of the populist radical right in power. Since 2010, Orban has been increasing the illiberal characteristics of his regime (which he himself calls "Illiberal Democracy") by means of majority instruments, following his victory in the Hungarian parliament, in which his party won a majority of the seats up for grabs. As a result, the first actions taken by the new Hungarian government were aimed at undermining minority rights, the opposition's room for maneuver and attacking the independence of institutions such as the judiciary and the media, as well as freedom of the press. One of the main characteristics of his regime is also the attack on the liberal order in international relations. In this sense, through a bibliographical and documentary analysis, the research studied Orban's criticisms and measures against the European Union and Brussels, seen by the Hungarian government as hostile to the country's sovereignty and conservative traditions.

Keywords: Viktor Orban. Fidesz. European Union. Illiberalism. Euroscepticism

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 DEBATE CONCEITUAL SOBRE DIREITA RADICAL, ILIBERALISMO E EUROCETICISMO	6
3 O CAMINHO DA DIREITA RADICAL NA HUNGRIA: ASCENSÃO DO FIDESZ E O GOVERNO DE VIKTOR ORBAN	11
4 POLÍTICA EXTERNA E O EUROCETICISMO HÚNGARO.....	15
5 CONCLUSÃO.....	23
REFERÊNCIAS.....	25

1 INTRODUÇÃO

Uma das características mais marcantes da política internacional contemporânea é o crescimento de movimentos de ultradireita ao redor do mundo. O presente trabalho é fundamentado na análise do subgrupo desse movimento, a saber, a direita radical populista. Esta que, por sua vez, pode ser definida como um grupo ideológico que compartilha em seu âmago valores como nacionalismo, racismo, xenofobia e autoritarismo (Mudde, 2017).

Neste cenário político global, encontra-se exemplos claros de líderes e partidos que assumiram rapidamente posições de destaque em seus países, ou, em alguns casos, ascenderam ao poder, como são os casos da primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, líder do partido Irmãos; Marine Le Pen e o partido Frente Nacional, na França; o Vox, na Espanha; entre outros.

Dentre os exemplos citados, destaca-se também o caso da Hungria. O governo do primeiro-ministro Viktor Orban, junto ao seu partido União Cívica Húngara (Fidesz), é o exemplo quintessencial da direita radical populista. Desde 2010, Orban vem recrudescendo as características iliberais de seu regime (denominado pelo próprio líder como “Democracia Iliberal”), por meio de instrumentos majoritários para minar o direito de minorias, a margem de manobra da oposição e a liberdade de imprensa, de modo a viabilizar a manutenção do seu governo por mandatos consecutivos.

Não obstante, o declínio democrático observado na Hungria pode ser analisado levando em consideração não somente os fatores internos, mas, também, os fatores externos. Um dos principais aspectos do regime de Viktor Orban é o ataque à ordem liberal nas relações internacionais, representada pela União Europeia, com a qual, desde a sua chegada ao poder, Orban possui relações conturbadas. As razões disso estão na contraposição que o bloco faz às reformas iliberais que o governo húngaro tem promovido ao longo dos anos no país.

Dado em conta esse contexto, o objetivo do presente trabalho é analisar a política externa eurocética de Viktor Orban, na Hungria. Nesse sentido, a pesquisa estuda o discurso e as práticas do primeiro-ministro contra a União Europeia e Bruxelas, vistos pelo governo húngaro como hostis a soberania e às tradições conservadoras do país.

Para abordar o tema proposto, realizou-se uma investigação bibliográfica sobre a conceitualização de iliberalismo e euroceticismo, juntamente com os fatores que contribuíram para o surgimento da direita radical populista na Hungria desde a sua transição pós-Guerra Fria, considerando o contexto político, econômico e social dos anos subsequentes.

Além disso, o estudo empregou uma análise de caso embasado na revisão bibliográfica e documental acerca da crise dos refugiados em 2015, abrangendo a avaliação das notícias

veiculadas sobre o assunto, as medidas implementadas pela Hungria e relatórios de organizações internacionais. Essa análise foi complementada por uma avaliação crítica dos discursos do governo húngaro naquela conjuntura.

A estrutura deste trabalho está elaborada em três capítulos. O primeiro aborda um debate conceitual acerca de direita radical populista, iliberalismo e euroceticismo; o segundo, o caminho da direita radical no país com a chegada de Viktor Orban e do Fidesz ao poder e as reformas promovidas no país; e, por fim, o terceiro capítulo se dedica a analisar a política externa húngara e sua relação com a União Europeia na questão da Crise dos Refugiados.

2 DEBATE CONCEITUAL SOBRE DIREITA RADICAL, ILIBERALISMO E EUROCRETICISMO

Extrema direita e direita radical populista

Uma das características mais marcantes da política internacional contemporânea é o crescimento e fortalecimento de movimentos de ultradireita ao redor do mundo. Para Cas Mudde, especialista em nova direita e populismo à nível global, esse movimento está dividido em dois subgrupos: A extrema direita e a direita radical. O primeiro possui caráter revolucionário, rejeitando à essência da democracia, a saber, a soberania popular e a vontade da maioria. Distintivamente, o segundo subgrupo possui caráter reformista, uma vez que aceita essa essência, porém, “se opõe à democracia liberal” no que tange aos “direitos das minorias, o estado de direito e a separação de poderes” (Mudde, 2019, p.19). Ou seja, ambos possuem posições fundamentalmente diferentes a respeito da democracia.

Ademais, as ideologias da extrema direita são o fascismo e o nazismo, que acreditam que “as desigualdades são naturais e fora do alcance do estado” (Mudde, 2019, p. 36). Nas ideias do fascismo, o Estado, além de uma instituição jurídica, é também uma espécie de entidade ética, orgânica e espiritual que requer de seus membros lealdade e submissão integrais. O nazismo, embora compartilhe características com o fascismo, é substancialmente e abertamente racista e antissemita, tendo na raça a sua principal base. Com isso, nota-se como características dessas convicções a exaltação da “diferença e da hierarquia”, representada na crença de uma superioridade de grupos e indivíduos em detrimento de outros (Mudde, 2019, p. 36). Então, é possível observar que o pensamento teórico histórico do fascismo e nazismo moldam a ultradireita contemporânea, se manifestando, sobretudo, na forma do racismo, nativismo e autoritarismo de seus grupos sendo, porém, na extrema direita uma das suas principais características e na direita radical, sua característica principal.

Para descrever a direita radical populista, Cas Mudde, parte do significado de cada palavra, de modo a fornecer, no final, o sentido amplo do termo. Segundo ele, a primeira a palavra, *radical*, traz a ideia de oposição a característica da democracia liberal, sobretudo o pluralismo político e a proteção constitucional de grupos minoritários. A segunda, *direita*, dentro da filosofia política, denota uma filosofia hostil à modernidade, com ideias de emancipatórias e racionais (Mudde, 2007). Porém, a ideia de antimodernidade não faz parte das ideologias dos partidos políticos contemporâneos, senão a luta por uma espécie de “modernidade alternativa”. Por fim, a palavra “populista”, refere-se a forma dessa corrente. Com isso, a direita radical populista, como dito antes, pode ser definida como um grupo

ideológico cuja característica “é uma combinação de nativismo, autoritarismo e populismo”. (Mudde, 2007).

Iliberalismo

O iliberalismo é um conceito emergente e, ainda, impreciso na ciência política que, no seu sentido amplo, é usado para descrever ideologias e práticas que divergem do liberalismo. Com isso, a sua definição depende do significado dado à sua antítese, de modo que iliberalismo e liberalismo estão continuamente relacionados.

A primeira vez que esse termo foi usado foi no artigo sobre democracias iliberais (Zakaria, 1997). O texto trata a respeito de alguns regimes que, embora organizassem eleições, o que os classificava como ‘democracias’, não respeitavam os princípios liberais como pluralismo, liberdades individuais e a independência das instituições. Apesar da coincidência, ‘liberalismo’ e ‘democracia’ são compreendidos separadamente, conquanto ambos passaram a ser comumente associados entre si, sendo considerados como complementares.

Em outra abordagem sobre a temática, encontra-se a definição de democracia liberal como um “sistema político ao mesmo tempo liberal e democrático – um sistema que tanto protege os direitos individuais como traduz a opinião popular em políticas públicas” (Mounk, 2018, p.44-45). Ao trazer essa definição, o autor pontua que essa democracia pode se desvirtuar quando assume caráter iliberal. Este que, por sua vez, possui características como, por exemplo, a subordinação das instituições independentes ao executivo e a restrição dos direitos de grupos minoritários.

Após sua primeira aparição, tal termo passou a ser empregado em círculos políticos, na mídia e *think tanks* nos Estados Unidos e Europa como uma “categoria abrangente para os políticos, partidos e países que desafiam o liberalismo e a supremacia dos EUA no cenário internacional” (Laruelle, 2022, p. 305). Nesse contexto, segundo a autora, o iliberal é tido como um afastamento do que deveriam ser as normas incontestáveis da sociedade e da comunidade internacional.

Mias recentemente, o termo "iliberal" apareceu e, dessa vez, foi apropriado política e abertamente pelo primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orban, em seu discurso na cidade de Băile Tușnad, Romênia, em 2014.

Em outras palavras, a nação húngara não é simplesmente um grupo de indivíduos, mas uma comunidade que deve ser organizada, reforçada e, de fato, construída. Portanto, nesse sentido, o novo Estado que estamos

construindo na Hungria é um Estado não liberal, um Estado não liberal. Ele não rejeita os princípios fundamentais do liberalismo, como a liberdade, e eu poderia listar mais alguns, mas não faz dessa ideologia o elemento central da organização do Estado, mas inclui uma abordagem diferente, especial e nacional (Discurso do Primeiro-Ministro Viktor Orban, em 30 de julho de 2014, em Băile Tuşnad, Romênia, tradução nossa).¹

Orban, diferente da interpretação de Zakaria, apresentou a sua versão do iliberalismo como um conceito positivo, sendo essencial para o desenvolvimento em curso na Hungria. Baseando-se na suposição de que o liberalismo promove o individualismo e cosmopolitismo, criando uma sociedade multicultural e que não possui deveres para com a nação (Nyysönen; Metsälä, 2021).

Em contrarresposta, o iliberalismo de Orban se propõe a restaurar a soberania nacional em, segundo Laruelle (2022), diversas esferas:

...internacionalmente, rejeitando instituições supranacionais e multilaterais em favor do Estado-nação soberano; economicamente, denunciando a ortodoxia neoliberal e promovendo o protecionismo no nível do Estado-nação (ao mesmo tempo em que, quando no poder, às vezes implementa reformas neoliberais); e culturalmente, rejeitando o multiculturalismo e os direitos das minorias em favor do majoritarismo. (Marlene Laruelle, 2022, p. 309, tradução nossa)²

Com isso, pode-se afirmar que a construção de um “estado iliberal” é uma contraposição direta a União Europeia por parte do governo húngaro, uma vez que o bloco “se oporia” aos interesses nacionais.

Além disso, o primeiro-ministro húngaro afirmou que a prosperidade econômica de um país não precisa seguir o “modelo liberal clássico ocidental” de um sistema político como o proposto pela União Europeia e usou de exemplos os países como Cingapura, China, Rússia e Turquia.

Essa, senhoras e senhores, é a explicação para o fato de que o tópico mais popular no pensamento atual é tentar entender como os sistemas que não são

¹ “*In other words, the Hungarian nation is not simply a group of individuals but a community that must be organised, reinforced and in fact constructed. And so in this sense the new state that we are constructing in Hungary is an illiberal state, a non-liberal state. It does not reject the fundamental principles of liberalism such as freedom, and I could list a few more, but it does not make this ideology the central element of state organisation, but instead includes a different, special, national approach*”.

² “*...internationally, by rejecting supranational and multi-lateral institutions in favour of the sovereign nation-state; economically, by denouncing neoliberal orthodoxy and promoting protectionism at the nation-state level (while at the same time, when in power, sometimes implementing neoliberal reforms); and culturally, by rejecting multiculturalism and minority rights in favour of majoritarianism*”.

ocidentais, não são liberais, não são democracias liberais e talvez nem mesmo democracias, podem, no entanto, tornar suas nações bem-sucedidas. (Discurso do Primeiro-Ministro Viktor Orban, em 30 de julho de 2014, em Băile Tuşnad, Romênia, tradução nossa)³

Euroceticismo

O termo “euroceticismo”, remete-se a meados da década de 1980⁴, no Reino Unido, e, em sua essência, refere-se a alguém que se opõe aos poderes da União Europeia (Brack; Startin, 2015, p. 239). No entanto, deve-se levar em consideração que as definições do euroceticismo não são consensuais, sendo contestadas diante de parâmetros não claros do termo. Em seu famoso discurso na *College of Europe*, em Bruges, em 1988, Margaret Thatcher trouxe o que viria a ser um dos pilares do discurso eurocético:

A Comunidade não é um fim em si mesma [...] é um meio prático através do qual a Europa pode assegurar a prosperidade e a segurança futuras dos seus povos [...], Mas trabalhar mais estreitamente em conjunto não exige que o poder seja centralizado em Bruxelas ou que as decisões sejam tomadas por uma burocracia nomeada... [Não queremos] um superestado europeu que exerça um novo domínio a partir de Bruxelas. (Margaret Thatcher, 22 de setembro de 1988, tradução nossa)⁵

No dia 15 de dezembro de 2001, foi adotada pelos chefes de governo dos estados-membros a “Declaração de Laeken sobre o futuro da União Europeia”. Nesta, percebe-se que, gradualmente, o discurso eurocético foi se tornando um sentimento comum em relação ao bloco.

Os cidadãos também acham que a União está se comportando de forma excessivamente burocrática... O que os cidadãos entendem por "boa governança" é a abertura de novas oportunidades, e não a imposição de mais burocracia. O que eles esperam são mais resultados, melhores respostas a

³ “*This, ladies and gentlemen, is the explanation for the fact that the most popular topic in thinking today is trying to understand how systems that are not Western, not liberal, not liberal democracies and perhaps not even democracies, can nevertheless make their nations successful. The stars of the international analysts today are Singapore, China, India, Russia and Turkey*”

⁴ Existe o consenso de que o euroceticismo surgiu após o Tratado de Maastricht. Este que, por sua vez, criará a chamada União Europeia, aumentando significativamente a cooperação entre os países membros. Porém, é possível encontrar elementos desse fenômeno anteriormente.

⁵ The Community is not an end in itself [...] [it] is a practical means by which Europe can ensure the future prosperity and security of its people [...] But working more closely together does not require power to be centralised in Brussels or decisions to be taken by an appointed bureaucracy... [We do not want] a European super-state exercising a new dominance from Brussels.

questões práticas e não um superestado europeu ou instituições europeias se imiscuindo em todos os cantos e recantos da vida. (Conselho Europeu, 2001)⁶

À medida que a União Europeia e suas capacidades evoluíram, sobretudo após o Tratado de Maastricht, com o desenvolvimento do bloco, a criação do euro, alargamento aos Estados da Europa central e oriental em 2004⁷, nota-se, porém, que certo desgaste também acompanhou a Organização com o resultado negativo da Constituição Europeia frente a oposições nacionalistas que questionavam a integração. Desde 2009, com a crise de débitos da zona do euro⁸ e as reformas impopulares feitas para contornar a situação, o euroceticismo inseriu-se de maneira gradual nos países europeus (Brack; Startin, 2015), de modo a colocar as elites europeias, referidas como Bruxelas, sob pressão acerca do futuro do bloco.

Mounk (2018) ilustra esse descontentamento com a União Europeia usando de exemplo a atuação da Comissão Europeia e seu caráter antidemocrático. Segundo ele, a Comissão é “uma organização de burocratas não eleitos” responsável por propor, redigir e implementar leis no bloco, sendo, dessa forma, motor de quase todas as atividades da UE. Ou seja, embora possua a capacidade de resolver problemas complexos de políticas públicas, que não seriam executadas por outras instituições, a Comissão Europeia remove do debate político decisões importantes (Mounk, 2018, p.89).

De fato, questionamentos sobre a União Europeia num contexto de crise econômica tornaram-se menos contestados pela população e, até mesmo, mais legítimas (Brack; Startin, 2015). A ascensão eleitoral de partidos eurocéticos; evolução da opinião público acerca das instituições europeias; discursos de líderes nacionais; e articulação transnacional desses partidos dentro do Parlamento Europeu, aumentaram a percepção do crescimento desse movimento.

Desta forma, a União Europeia que, desde sua fundação, é associada aos princípios liberal-democráticos não está imune contra críticas quando se observa que esses princípios são conflitantes no próprio processo de integração. Críticas acerca do déficit democrático

⁶ “Citizens also feel that the Union is behaving too bureaucratically... What citizens understand by 'good governance' is opening up fresh opportunities, not imposing further red tape. What they expect is more results, better responses to practical issues and not a European superstate or European institutions inveigling their way into every nook and cranny of life.”

⁷ Alargamento aos Estados da Europa central e oriental (PECOS) - Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Checa. Europa dos Vinte e Cinco. Assinatura da Constituição Europeia.

⁸ A crise da dívida soberana que abalou a zona euro a partir de 2009 foi o maior desafio até então enfrentado pelos membros da UE e, em particular, pelas suas estruturas administrativas. A crise econômica começou na Grécia e logo se espalhou para Portugal, Irlanda, Itália e Espanha (grupo conhecido informalmente como “PIIGS”).

apresentado pelas instituições do bloco são frequentes, as ameaças às democracias dos países do bloco a partir da consolidação da ultradireita e a falta de mecanismo efetivos contra essas ameaças se impõem como desafios para manutenção da UE (Cunha, Débora; Martins, Fernanda, 2017, p. 231).

3 O CAMINHO DA DIREITA RADICAL NA HUNGRIA: ASCENSÃO DO FIDESZ E O GOVERNO DE VIKTOR ORBAN

O ano de 1989 é um grande marco na história da Hungria. Os acontecimentos como a revisão constitucional em 23 de outubro, a desintegração do Partido Socialista dos Trabalhadores da Hungria, a proclamação de uma República e a retirada da estrela vermelha do topo do edifício do Parlamento representam a extinção do regime socialista estatal que perdurou por quase quatro décadas no país (Kontler, 2009). A mudança de regime visava transformações nos âmbitos político e econômico. Com a sua inserção à política econômica internacional e aproximação inevitável com países do ocidente, e dos ideais que a democracia representava, a população húngara tinha grandes expectativas com a mudança de regime, que prometia prosperidade econômica, liberdade de expressão e participação política.

De fato, as primeiras transformações afetaram o sistema eleitoral e econômico do país. O sistema de partido único deu lugar ao pluralismo político e ao Estado de Direito; e, na economia, foram adotadas reformas liberais, como privatização de propriedades estatais, tornando a Hungria em uma economia de mercado. Contudo, essas mudanças geraram contradições sociais, instabilidade econômica, aumento nos índices de desemprego, dependência da garantia de investimentos financeiros externos, sobretudo da União Europeia e do Japão (Wilkin, 2018, p. 20; Ágh, 2016, p. 4; Bíró-Nagy, 2017).

Com isso, de todos os países do antigo Bloco Oriental, a Hungria se tornou o país mais insatisfeito com o atual sistema capitalista. Em 1995, segundo Kontler (2009), metade da população considerava o regime anterior melhor do que o vigente à época. Em 2009, quando o país viveu um período de profunda crise econômica e política, estimava-se que 72% da população acreditava que o país estava pior economicamente do que quando sob o regime comunista (Pew Research Center, 2009).

Com o desenvolvimento do sistema político húngaro, os primeiros anos após o fim do antigo regime também foram marcados por disputas partidárias nas eleições nacionais, inclusive contando com coalizões. De um lado estava o MSZP (Magyar Szocislista Párt), partido comunista reformista e do outro os partidos de oposição: o MDF (Magyar Demokrata)

e o SZDSZ (*Magyar Liberális Párt*). O primeiro se colocava como um partido de direita, cristão-conservador, enquanto o segundo enfatizava seu caráter anticomunista, moderno e liberal. O MSZP e SZDSZ formaram uma coalizão que, após vencer as eleições, governaram entre 1994 e 1998 e 2002 a 2010 (Kontler, 2009). E, entre 1998 e 2002, a coalizão formada pelo MDF e o Fidesz, junto aos democratas cristãos e o Partido dos Pequenos Proprietários governaram o país.

Foi nesse contexto que começou a despontar na política local a figura de Viktor Orban, líder estudantil, radical, liberal e libertário, junto ao seu partido liberal *Fidesz (Fidesz-Magyar Polgári Szövetség)*. Com promessas de privatizações e liberdade, o partido obteve o seu primeiro êxito nas eleições de 1998, quando Orban se tornou o mais jovem primeiro-ministro da Hungria, com 35 anos (Pytlas, 2013, p. 171). No primeiro mandato, Orban tinha um perfil de centro-direita; um democrata-cristão, mas durante os anos que sucederam, Orban passou a assumir um caráter cada vez mais radical de direita.

Em 2002, volta ao poder o partido socialista MSZP para um governo de dois mandatos, uma vez que o partido conseguiu se reeleger em 2006. Porém, o partido passa a ser alvo de duras críticas e protestos por parte da população quando, em meio a suspeita de corrupção, uma gravação do primeiro-ministro Ferenc Gyurcsány veio à tona na qual ele admitiu que o seu partido mentiu sobre as reais condições econômicas do país, de maneira a influenciar a corrida eleitoral do seu partido (BBC, 2006). Além disso, a crise de 2008, que levou a Hungria à beira da insolvência com a queda de 6,6% do PIB, em 2009 (World Development Indicators, 2009), levou o país a uma situação extremamente delicada.

Em 2010, insatisfeitos com a condução do país, a população húngara mostra o seu descontentamento político elegendo Viktor Orban ao cargo de primeiro-ministro do país novamente, bem como o seu partido Fidesz. Dessa vez, porém, com um perfil não mais liberal, mas ultraconservador e extremista.

O governo de Viktor Orban

Desde a Transição Democrática, a possibilidade de um governo promover alterações constitucionais a partir de uma maioria no parlamento é tida como uma brecha constitucional que preocupava comentaristas da época (Pogány, 2013). Em 1990, a lei eleitoral húngara concedia um número desproporcional de assentos ao vencedor de uma eleição. Segundo Scheppelle (2015), esse foi um recurso projetado para ajudar partidos de pluralidade a formar governos com mínimo de estabilidade.

As eleições de 2010 são outro marco importante na história da Hungria. Mesmo com a vitória sobre os partidos considerados de esquerda e liberais, o maior triunfo de Viktor Orban foi a sua vitória surpreendente no parlamento húngaro. O Fidesz, que conseguiu 53% dos votos da população, pela mesma lei conseguiu converter esse número para 66% das cadeiras no Parlamento – 263 de 286 assentos (Wilkin, 2018; Pytlas, 2013). Com a maioria de dois terços parlamentar, o governo conseguiu fazer uso da regra de emenda da antiga constituição comunista de 1949, que permitia a alteração da Constituição (Fundamental Law) com a maioria de dois terços do Parlamento.

À vista disso, essa maioria de dois terços concedeu ao Fidesz a sua mais importante transformação: a nova constituição. Esta que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2012. Com alterações em vista, o processo de revisão constitucional destacou-se por sua celeridade, aprovação apenas pelo bloco do Fidesz e falta de participação popular e partidos de oposição (Scheppelle, 2015), levantando questionamentos acerca de sua legalidade interna e externamente. Conquanto, isso não impediu de o governo seguir com a adoção de reformas que abrangeram áreas como “governos locais, o código trabalhista, o sistema de pensões, a educação, o serviço de saúde e os serviços secretos” (Sadecki, 2014).

Junto a isso, mudanças simbólicas e ideológicas também foram introduzidas. Uma das primeiras mudanças nesse sentido foi a alteração do nome do Estado; de "República da Hungria" (Magyar Köztársaság) para "Hungria" (Magyarország), em uma intenção clara de romper com o legado da República Popular da Hungria. Além disso, as normas que estabelecem a proteção da vida humana desde a concepção e definem a família como um relacionamento entre um homem e uma mulher foram incluídas na nova constituição. Entretanto, as normas que permitiam o aborto legal e as relações entre dois parceiros do mesmo sexo não foram revogadas (Sadecki, 2014).

As primeiras ações adotadas pelo governo de Orban foram os ataques à independência das instituições como o judiciário, a mídia e a comissão eleitoral. Tais instituições logo foram ocupadas por membros nomeados pelo partido, de modo que, segundo o Democracy Index, não eram mais independentes do partido do governo.

Desde que conquistou uma maioria parlamentar de dois terços nas eleições, o partido de centro-direita Fidesz tem sistematicamente assumido as instituições anteriormente independentes do país: a presidência, o escritório de auditoria do estado e o conselho de mídia agora são todos dirigidos por representantes do partido (EIU 2011, 21).

Além das nomeações, o Fidesz alterou a estrutura do sistema judiciário, como é o caso do Tribunal Constitucional. Para Scheppele (2015), a eleição de juizes constitucionais foi alterada para que a maioria de dois terços do Parlamento seja suficiente para eleger um juiz, anulando o acordo multipartidário de outrora. Não obstante, a nova constituição ampliou o número de juizes da Corte Constitucional – de 11 para 15 -, o que permitiu que o governo nomeasse mais quatro juizes. Dentro dessa mudança, o governo conseguiu selecionar 9 de 15 juizes da Corte em seu primeiro mandato, devido a maioria de dois terços no parlamento. Uma vez nomeados pelo governo, os novos juizes demonstram sua “fidelidade” votando a favor da posição do Fidesz em todos os casos (Scheppele, 2015).

Ainda, em 2011, o governo reduziu repentinamente a idade de aposentadoria do judiciário de 70 para 62 anos – “removendo assim os 10% mais antigos do judiciário, incluindo 20% dos juizes da Suprema Corte e mais da metade dos presidentes dos tribunais de apelação” (Scheppele, 2015, p. 118). A imposição de uma aposentadoria precoce abriu quase metade dos tribunais inferiores presidenciais. O que foi considerado, tanto pelo Tribunal Constitucional húngaro quanto pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (CJEU), ilegal.

Além de mudanças no judiciário, o governo também fez mudanças na mídia húngara. Em dezembro de 2011, foi aprovada uma lei em que colocava os canais de comunicação, como rádio e imprensa escrita, sob supervisão do Conselho de Mídia Nacional e da Autoridade Nacional de Mídia e Infocomunicações, cujos cargos foram nomeados pelo próprio partido, pelos quais o governo pôde aplicar multas e penalidades à imprensa cujos materiais considerasse tendenciosos ou desproporcionais (Spence, 2016). Essa foi uma medida que tornou a mídia húngara centralizada, auto censuradora, enviesada e excessivamente pró-governo (Bíró-Nagy, 2017; Rydlinsk, 2018).

A reorganização da mídia húngara, seguida de regulamentações, foi amplamente criticada no âmbito internacional (Bíró-Nagy, 2017; Ágh, Attila). Segundo Freedom House:

A Hungria, entretanto, sofreu um declínio na pontuação devido às políticas adotadas pelo recém-eleito primeiro-ministro Viktor Orbán, líder do partido de direita Fidesz. Ele foi amplamente criticado por aprovar uma legislação que aumentará o controle estatal da imprensa e ameaçará as liberdades jornalísticas (FH 2011b, 7, tradução nossa).⁹

Da mesma forma que o governo fez uso do sistema eleitoral desproporcional húngaro,

⁹ “Hungary, however, experienced a score decline due to policies adopted by newly elected prime minister Viktor Orbán, leader of the right-leaning Fidesz party. He was widely criticized for pushing through legislation that will enhance state control of the press and threaten journalistic freedoms”.

durante o seu primeiro mandato, o Fidesz conseguiu manipular o sistema, adotando medidas que alteraram a estrutura legal do sistema eleitoral húngaro de modo a fazer a manutenção dessa maioria parlamentar nas eleições seguintes, o número de deputados no parlamento unicameral foi reduzido de 386 para 199. (Bíró-Nagy., 2017).

Segundo o relatório final de observação eleitoral do Gabinete para as Instituições Democráticas e os Direitos Humanos (OSCE/ODIHR, 2014), apesar de considerar que as eleições parlamentares foram transparentes e administradas com eficiência, constatou-se que o Fidesz teve uma "vantagem indevida" por causa das regulamentações restritivas de campanha como, por exemplo, a cobertura tendenciosa e enviesada da mídia e as atividades de campanha valendo-se do aparato estatal. O sistema eleitoral foi ligeiramente simplificado, mas o sistema proporcional à maioria foi preservado.

No geral, as bases do sistema político húngaro, estabelecidas em 1989 com a mudança de regime, não foram alteradas, e a maior parte das regulamentações da nova constituição são semelhantes às da anterior. Vale ressaltar que ao presidente, cuja eleição se dá pelo parlamento e não possui poderes amplos, foi conferido o direito de dissolver o parlamento caso ele não consiga adotar um orçamento até 31 de março de um determinado ano (Sadecki, 2014).

4 POLÍTICA EXTERNA E O EUROCRETICISMO HÚNGARO

A política externa húngara é o reflexo da imagem de Viktor Orban. Há mais de uma década no poder, Orban tem utilizado consistentemente a retórica populista para justificar uma política externa revisionista, o confronto com os aliados tradicionais e a procura por parcerias mais flexíveis. Atualmente, ele conta, ao seu lado, com uma rede de *think tanks* conservadores para o desenvolvimento de suas estratégias externas como é o caso da historiadora Maria Schmidt, o cientista político e economista Tamas Fricz e o advogado e conselheiro político Balazs Orban (Krisztina, 2023).

As primeiras mudanças registradas na política externa de Orban, durante o seu primeiro mandato, foi a politização da diplomacia húngara. O primeiro-ministro renomeou János Martonyi ao cargo de ministro das Relações Exteriores, junto a uma equipe de diplomatas experientes. Sob a liderança de Martonyi, o Ministério das Relações Exteriores utilizou princípios democráticos compartilhados como base para defender sua posição a favor do Ocidente (Varga; Buzogány, 2021).

Ainda, num primeiro momento, o governo de Orban manteve algumas das políticas externas euro-atlânticas de seus antecessores (Varga; Buzogány, 2021). As alterações iniciais

estavam principalmente relacionadas aos húngaros que vivem nos países vizinhos. Em maio de 2010, foi aprovada uma lei que, até 2015, concedeu cidadania a 700 mil húngaros que viviam na região (Papp, 2017).

Já em seu segundo mandato, Orban executou uma profunda transformação estrutural no Ministério das Relações Exteriores. Ele substituiu Martonyi pelo jovem político Peter Szijjártó como novo ministro das relações Exteriores. Uma vez empossado, Szijjártó reformulou rapidamente as instituições responsáveis pela formulação de políticas externas do ministério. Orban descreveu essas mudanças como "um afastamento bastante substancial da abordagem da política externa da Hungria e da abordagem húngara tradicional à condução dos negócios estrangeiros". Ainda, ele afirmou que havia usado diplomatas experientes pela necessidade de defender as políticas governamentais que poderiam ser contestadas internacionalmente nos primeiros anos e deixou "a transformação estrutural das relações externas para o fim" (Orban, 2016).

Em 2014, o governo lançou uma nova estratégia de política externa chamada "Keleti Nyitás" ("Abertura Oriental"). Essa estratégia foi posteriormente alterada pelo plano "Déli Nyitás" ("Abertura do Sul"). O objetivo dessa política era para diversificar as relações comerciais húngaras por meio da busca de aliados não tradicionais, aumentar as exportações húngaras, bem como o investimento estrangeiro para reduzir a dependência húngara dos mercados da União Europeia. A Hungria que era um país altamente dependente de exportações, sendo seu PIB 80% oriundo de exportações. Com isso, um dos objetivos de Orban foi diminuir a proporção das exportações húngaras para os países da UE para 50%, ao passo em que aumentava as exportações para países fora do bloco (Visnovitz; Jenne, 2021).

De fato, essa estratégia de política externa não era uma novidade. Em 2011, Martonyi havia lançado uma política de "Globális Nyitás" ("Abertura Global"), que também visava parcerias fora da UE. Porém, era necessário o envolvimento multilateral em programas de terrorismo, alimentação e saúde global (Visnovitz; Jenne, 2021). A política "Abertura Oriental" de Szijjártó visavam o avanço dos interesses econômicos da Hungria por meio de relações políticas e comerciais bilaterais com parceiros asiáticos e do Oriente Médio. Para tanto, o governo húngaro aproximou-se de parceiros não tradicionais por meio da concessão de território para construção da usina nuclear de Paks, financiada pela Rússia, para reconstrução de uma linha ferroviária entre Budapeste e Belgrado, financiada pela China, e, ainda, com a construção de uma universidade chinesa em Budapeste (Visnovitz; Jenne, 2021).

Além disso, se de um lado observa-se uma tentativa de aproximação de parceiros não tradicionais, nota-se, também, o distanciamento abrupto com parceiros históricos. Estes, vistos

como detentores do poder no sistema internacional, representam, junto aos seus compromissos, obstáculos para os interesses nacionais húngaros. De modo que o regime de Orban optou por entrar em conflitos diplomáticos com antigos aliados, sobretudo com a União Europeia.

A União Europeia, desde sua fundação, é associada aos princípios liberal-democráticos. Tais princípios são fundamentais para o bloco econômico e seus Estados membros. Diante do caso da Hungria, é necessário destacar os pontos que fundamentam o funcionamento do bloco. O preâmbulo do Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht), que entrou em vigor em novembro de 1993, estabelece que os países membros deveriam:

Inspirando-se no património cultural, religioso e humanista da Europa, de que emanaram os valores universais que são os direitos invioláveis e inalienáveis da pessoa humana, bem como a liberdade, a democracia, a igualdade e o Estado de direito [...], confirmando o seu apego aos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos do Homem e liberdades fundamentais e do Estado de direito [...], na perspectiva das etapas ulteriores a transpor para fazer progredir a integração europeia (TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA, 1992, preâmbulo, tradução nossa).

Destaca-se ainda o artigo 2º, parte do "Título I - Disposições Comuns", o qual estabelece que:

Artigo 2.º: A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres (TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA, 1992, tradução nossa)

A Hungria faz parte da UE desde 2004, com o alargamento do bloco naquele ano. Dessa forma, durante o processo de adesão, o país se sujeitou aos princípios, condições políticas e artigos estruturais do bloco. De fato, com a chegada ao poder do Fidesz, a Hungria passou por muitas mudanças e a questão é que hoje a realidade da UE é formalmente incompatível com um país membro com regime político abertamente iliberal (Bozóki; Hegedus, 2017).

Em 2014, quando reeleito pela primeira vez, Viktor Orban passou a assumir abertamente o caráter iliberal de seu governo – “o novo estado que estamos construindo é um estado iliberal” (Orban, 2014) – levantando questionamentos acerca dos direitos democráticos. Compreende-se que esse discurso não é necessariamente antidemocrático e, sim, contra os valores e princípios liberais. Orban sugere que a Hungria deve abandonar a maneira liberal de ver o mundo, bem como seus aspectos de organizar a sociedade. Nota-se que a fala do primeiro-ministro húngaro

é direcionada à população que acredita que seus direitos foram esquecidos em detrimento dos direitos de grupos minoritários. Por isso, desejam mais poder para a população majoritária e menos poder para as elites políticas e minorias. Ainda, a visão acerca do “liberalismo” que o governo pretende se distanciar é a que é usada, segundo Orban (2014), para promover interesses egoístas de indivíduos - tidos como antipatrióticos. Assim, defende que apenas em uma democracia iliberal é possível lutar pelo interesse nacional.

Com isso, nota-se que uma das principais características do regime de Viktor Orban é o ataque a ordem liberal nas relações internacionais. A partir de sua chegada ao poder, o Fidesz tem utilizado a retórica e crítica eurocética, contra a União Europeia e contra Bruxelas, vistos por ele como hostis à soberania e às tradições conservadoras do país, em sua política externa, embora não tenha demonstrado o compromisso em abandonar a União Europeia, mesmo com apelo político do Jobbik¹⁰ para que a Hungria deixasse o bloco (Blanco, 2012). Essa relação conturbada e contraditória entre a Hungria e UE foi evidenciada na crise dos refugiados.

A crise dos refugiados

Em 2015, como consequência de conflitos armados, perseguições e fome, aproximadamente, um milhão de refugiados atravessaram o Mar Mediterrâneo em busca de segurança e proteção em solo europeu (ACNUR, 2015). Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), 84% dos refugiados e migrantes eram provenientes dos países que mais produzem refugiados no mundo, liderado pela Síria, seguido por Afeganistão e Iraque¹¹.

Esse número sem precedentes de refugiados teve grande impacto na União Europeia e fez com que o Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA) adotasse medidas drásticas no seu sistema de asilo para lidar com os fluxos migratórios¹². Embora países membros mais antigos do bloco, como a Alemanha, França, Itália, tenham se demonstrado dispostos em aceitar e integrar esses refugiados, a maioria dos países europeus impuseram medidas cada vez mais restritivas em suas fronteiras, de modo a impedir o acesso a seus territórios.

¹⁰ O partido Jobbik é a expressão mais forte da extrema direita do país, originária de um clube universitário católico e protestante, o Jobboldali Ifjúsági Közösség, tornando-se independente politicamente no ano de 2003, com discurso anti semita, anti-comunista e anti-globalização.

¹¹ UNHCR. Global Trends 2015. Disponível em: <https://www.unhcr.org/media/unhcr-global-trends-2015>.

¹² ECRE. European Council for Refugees and Exiles. Crossing Boundaries: The new asylum procedure at the border and restrictions to accessing protection in Hungary. October 2015. Disponível em: https://asylumineurope.org/wp-content/uploads/2020/12/crossing_boundaries_october_2015.pdf

De acordo com o Conselho Europeu¹³, os fluxos migratórios para Europa se dão pelas seguintes rotas: Mediterrâneo Central, Mediterrâneo Oriental, Mediterrâneo Ocidental, África Ocidental, Fronteiras do Leste e Balcãs Ocidentais. Sendo esta, em 2015, uma das principais rotas migratórias de entrada na Europa, especialmente para os provenientes do Oriente Médio, Ásia e África. A rota dos Balcãs Ocidentais é o caminho pelo qual migrantes passam ao chegarem na União Europeia e que abrange os países de Albânia, Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Montenegro, Macedônia do Norte e Sérvia. E em muitos casos, essa rota serviu de trânsito para outros destinos que não aqueles aonde chegaram inicialmente.

A rota dos Balcãs Ocidentais afetou diretamente a Hungria, uma vez que foi o caminho por onde mais de 175 mil refugiados – 13% total dos refugiados que chegaram na Europa – solicitaram asilo¹⁴ junto ao país (Pew Research Center, 2015). Entretanto, a postura do país frente a demanda de refugiados foi de extrema hostilidade. Desde o início da crise, Orban adotou uma série de ações e narrativas contra os refugiados que apelavam ao sentimento anti-imigrante e, até mesmo, xenófobos entre seus partidários.

Para tanto, em maio de 2015, o governo promoveu uma “Consulta nacional sobre Migração e Terrorismo” – um questionário com 12 perguntas e uma carta do primeiro-ministro húngaro a todos os cidadãos acima dos 18 anos -, numa dessas tentativas de apelo à população insatisfeita.¹⁵ Ainda, com uma recepção hostil e inadequada em termos de instalações, Orban concentrou esforços para expulsá-los de suas fronteiras. Lajos Kosa, vice-presidente do Fidesz, disse: "Não podemos lhes dar cobertores e camas. Estamos até sem barracas", antes de recusar uma oferta do ACNUR para o fornecimento de casas móveis com grande capacidade para acomodação.¹⁶

Em junho, o Ministro das Relações Exteriores da Hungria, Peter Szijjarto, anunciou que o governo havia decidido construir uma barreira de arames farpados de 175 km de comprimento na fronteira com a Sérvia (BBC, 2015), sob o argumento de proteger a Hungria e sua população.

O Ministro insistiu que, nessa situação, é evidente que o governo tome medidas para proteger a Hungria e o povo húngaro da pressão dos imigrantes e é por isso que foi tomada uma decisão sobre a preparação da construção da cerca de segurança. Ele também enfatizou que a cerca foi projetada para fechar a fronteira verde, enquanto as estações de travessia continuariam a oferecer

¹³ CE. Conselho Europeu. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-migration-policy/western-balkans-route/>

¹⁴ Pessoas que fazem um pedido formal de asilo noutro país porque temem que a sua vida esteja em risco no seu país de origem.

¹⁵ https://ec.europa.eu/migrant-integration/news/hungary-governments-national-consultation-immigration-and-terrorism-creates-widespread-debate_en

¹⁶ <https://www.reuters.com/article/us-europe-migrants-hungary-idUKKBN0P61XV20150626>

entrada legal. (Ministério das Relações Exteriores e Comércio, 19 de junho de 2015).¹⁷

Essa fronteira era um ponto de entrada em que, segundo o Amnesty International, no mês de junho, aproximadamente 1000 pessoas atravessavam por dia, chegando a triplicar o número em setembro.¹⁸ Tal medida foi alvo de insatisfação de autoridades oficiais da União Europeia, porém sem impacto. A iniciativa do governo foi aprovada por ampla maioria no Parlamento húngaro no dia 6 de junho (Scheppele, 2016, pp.345-357).

A proteção da nação sugerida por Orban implica na distinção entre “húngaros” e “estrangeiros”, para além das fronteiras físicas. Para tal, O primeiro-ministro húngaro se apresentou como defensor da civilização cristã da Europa, que estaria sob ameaça pela chegada de imigrantes islâmicos.

Não esqueçamos, porém, que os que chegam foram educados em outra religião e representam uma cultura radicalmente diferente. A maior parte deles não são cristãos, mas sim muçulmanos. Esta é uma questão importante, porque a Europa e a identidade europeia têm as suas raízes no cristianismo. Não será preocupante, por si só, o fato de o cristianismo europeu mal conseguir manter a Europa cristã? Se perdermos isto de vista, a ideia da Europa pode tornar-se um interesse minoritário no seu próprio continente (Primeiro-ministro Viktor Orban para o jornal Alemão Frankfurter Allgemeine Zeitung (FAZ), 3 de setembro de 2015, tradução nossa).¹⁹

O discurso xenófobo, contra imigrante por representar valores opostos ao da Hungria, não foi apenas umas estratégias adotadas pelo governo no contexto da crise, mas parte de sua agenda iliberal.

O cristianismo não é apenas uma religião, mas também uma cultura sobre a qual construímos toda uma civilização. Isso não é uma escolha, mas um fato.

¹⁷ *“The Minister insisted, in that situation, it is evident that the government takes measures to protect Hungary and Hungarian people from the pressure of immigrants and that is why a decision has been taken on the preparation of the construction of the security fence. He also stressed that the fence is designed to close off the green border while crossing stations would continue to offer legal entry.”* Disponível em: <https://2015-2019.kormany.hu/en/ministry-of-foreign-affairs-and-trade/news/hungary-was-hit-the-hardest-by-immigration-amongst-all-the-member-states>

¹⁸ Amnesty International. Fenced out: Hungary’s violations of the rights of refugees and migrants. 2015. <https://www.amnesty.org/en/wp-content/uploads/2021/05/EUR2726142015ENGLISH.pdf>

¹⁹ *“Let us not forget, however, that those arriving have been raised in another religion, and represent a radically different culture. Most of them are not Christians, but Muslims. This is an important question, because Europe and European identity is rooted in Christianity. Is it not worrying in itself that European Christianity is now barely able to keep Europe Christian? If we lose sight of this, the idea of Europe could become a minority interest in its own continent.”* Disponível em: <https://2015-2019.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/those-who-are-overwhelmed-cannot-offer-shelter-to-anyone>

Se as pessoas sentirem que a política europeia está lutando contra suas próprias origens e tiverem vergonha de admitir que somos realmente um continente cristão, isso só afastará mais pessoas da União Europeia. (Discurso do primeiro-ministro Viktor Orban na Conferência do Fórum Europeu, 8 de maio de 2014, tradução nossa).²⁰

Além disso, Orban usou da crise para aprovar no parlamento húngaro uma lei de imigração que criminalizava a simples travessia ou dano à barreira com pena de prisão e deportação.²¹ Também, a lei concedeu poderes ao governo para declarar "estado de emergência migratória", o que foi feito no dia 15 de setembro, mesmo dia do término da barreira (Kelemen, 2015). À época, preocupado com a série de alterações na legislação no "contexto de crise migratória", o secretário-geral do Conselho da Europa, Thorbjørn Jagland, questionou, em carta, o primeiro-ministro húngaro se o país ainda estava comprometido com suas obrigações com a Convenção Europeia de Direitos Humanos.²²

Ainda, em resposta ao governo húngaro, o ACNUR se mostrou preocupado com as medidas restritivas adotadas pela Hungria, uma vez que resultaram em um acesso extremamente limitado aos refugiados. Para a agência, a medida adotada pela Hungria é, em partes, contrária ao que prega o direito internacional e jurisprudência europeia quando aplicado a solicitantes de asilo e refugiados. O Secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, cita a própria União Europeia para contrapor as medidas adotadas: "Os países devem gerir suas fronteiras em conformidade com o Direito Internacional e com as leis da União Europeia, incluindo a garantia do direito de solicitar asilo" (Acnur,, 2015).

Em resposta, o governo húngaro afirmou que estava cumprindo o seu papel legal de proteger as fronteiras externas da UE, determinado pelo próprio Regulamento de Dublin²³; um conjunto de regras que determina qual país da União Europeia deve processar os pedidos de proteção internacional. Observa-se nisso que Orban distorceu a aplicação do Regulamento para

²⁰ "Christianity is not only a religion, but is also a culture on which we have built a whole civilisation. This is not a choice, but a fact. If people feel that European politics is fighting against their own origins and are ashamed to admit that we are really a Christian continent, this will only alienate more people from the European Union". Disponível em: <https://2010-2014.kormany.hu/en/prime-minister-s-office/the-prime-ministers-speeches/orban-viktor-s-speech-at-the-europe-forum-conference>

²¹ Seção 60 (2a) do Código Penal da Hungria. Disponível em: <https://njt.hu/jogszabaly/en/2012-100-00-00>

²² De acordo com o artigo 15 da Convenção Europeia de Direitos Humanos, um país pode alterar certos direitos consagrados na Convenção e, nesse caso, deve notificar o Secretário-Geral. Porém, os artigos 2 (direito à vida), artigo 3 (proibição da tortura), do parágrafo 1 do artigo 4 (proibição da escravidão) e artigo 7 (nenhuma punição sem lei) não são passíveis de alterações. Disponível em: https://www.coe.int/en/web/portal/news-2015/-/asset_publisher/9k8wkRrYhB8C/content/secretary-general-questions-hungary-over-human-rights

²³ Regras do sistema de asilo da UE: a posição do Parlamento sobre a reforma da regulação de Dublin. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/world/20180615STO05927/regras-do-asilo-da-ue-posicao-do-parlamento-sobre-a-reforma-da-regulacao-dublin>

seguir com sua agenda anti-imigração, violando outras regras do bloco relativas ao tratamento humano dos refugiados.

De fato, a crise dos refugiados revelou que as diretrizes da União Europeia sobre imigração e asilo precisavam de mudanças. Pelo Regulamento de Dublin, o bloco atribuía aos estados fronteiriços, caminho por onde migrantes entram primeiro na Europa e devem fazer pedidos de asilos. Porém, essa responsabilidade recaía sobre os estados-membros que dispõem de menos recursos, como é o caso da Hungria. Constatação essa que usada como brecha para a crítica húngara ao bloco.

Segundo o Conselho Europeu para Refugiados e Exilados (ECRE), a Hungria recebe menos financiamento da UE do que outros estados-membros situados nas fronteiras externas do bloco. A Hungria recebeu aproximadamente 85 milhões de euros durante o período de 2014 a 2020 para o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) e Fundo para Segurança Interna (FSI). Enquanto países como Itália e Grécia receberam o montante de 558 e 474 milhões de euros, respectivamente.²⁴

Não obstante, a Hungria foi resistente, não somente no recebimento dos imigrantes, mas, também, às próprias políticas migratórias da UE. Em maio e novembro de 2015, a Comissão Europeia propôs novos sistemas obrigatórios de cotas para refugiados, com base no tamanho e riqueza de cada país (Kelemen, 2015). Em vez disso, em dezembro do mesmo ano, além de contestar a decisão na Corte Europeia de Justiça em Luxemburgo (Ilikova, 2019), o governo húngaro liderou uma coalizão de oposição com os países do Leste Europeu (Kelemen, 2015).

Sob a defesa de que de que tais cotas produziram efeitos negativos na Europa:

A política proposta pela União Europeia, que se baseia em cotas obrigatórias de migrantes, fracassou por dois motivos, na opinião do ministro. Enquanto a UE estava falando sobre a redistribuição de 60.000 pessoas, 160.000 migrantes chegaram à fronteira sul da Hungria somente este ano, disse ele. O segundo motivo é que isso foi efetivamente um incentivo para os migrantes e, o que é ainda mais grave, foi igualmente um incentivo para os traficantes de pessoas. (Ministro das Relações Exteriores, Péter Sijjártó, em Bled, Eslovênia, 2 de setembro de 2015. Tradução nossa).²⁵

²⁴ Gabinete do Primeiro-Ministro húngaro, ‘Government to launch campaign in transit countries’. Disponível em: <https://2015-2019.kormany.hu/en/prime-minister-s-office/news/government-to-launch-campaign-in-transit-countries>

²⁵ “*The policy proposed by the European Union which is based on mandatory migrant quotas has failed for two reasons in the Minister’s view. While the EU was talking about the re-distribution of 60,000 people, 160,000 migrants have arrived at the southern border of Hungary alone this year, he said. The second reason being that this was effectively an encouragement for migrants, and what is even more serious, it was equally an encouragement for human traffickers.*”

Em fevereiro de 2016, o governo húngaro anunciou um referendo para votação da proposta de Bruxelas a respeito do sistema de cotas para refugiados no país. Como apelo à população, o primeiro-ministro húngaro alegou que o sistema de cotas "mudaria a identidade nacional, cultural e religiosa húngara e europeia [...]" (Ádám; Bozóki, 2016).

Porém, em outubro daquele ano, o resultado do referendo apontou que apenas 43,9% da população húngara participou, sendo menos do que o limite de 50% necessário para sua validação. Porquanto, 98% dos participantes (de 43,9%) apoiaram Orban contra a admissão de refugiados na Hungria. Apesar desse resultado anular o processo e minar a campanha contrarrevolução cultural na União Europeia (The Guardian, 2016), todavia, a estratégia do governo foi de usar da votação a favor para reivindicar uma "vitória".

O povo húngaro decidiu que só nós, húngaros, podemos decidir com quem queremos viver em conjunto. Bruxelas ou Budapeste, era essa a questão, e decidimos que o direito de tomar essa decisão cabe exclusivamente a Budapeste (Discurso do primeiro-ministro, Viktor Orbán, 3 de outubro de 2016).²⁶

A posição controversa de Orban perante a crise dos refugiados é um dos episódios mais recentes do embate de seu regime às diretrizes da União Europeia. Em 2017, o Parlamento húngaro aprovou uma nova lei que permitia a detenção e expulsão de migrantes. Além da adoção de uma diretiva que estabelecia restrições a livre circulação de migrantes pelo país. Os solicitantes de asilo deveriam ser mantidos em campos temporários fechados ou zonas de trânsito na fronteira sul com a Sérvia esperando pela decisão dos serviços de migração quanto à sua admissão ou não. Mesmo criticado por instituições internacionais, no entanto, o governo não mudou sua agenda política.

5 CONCLUSÃO

Com a mudança de regime pós-Guerra Fria, somados ao período de recessão, crise política e desemprego das últimas décadas, a Hungria enfrentou um contexto propício para o surgimento de líderes com grande apelo ao público em geral. Com isso, em 2010, com a

²⁶ *"The Hungarian people have decided that we Hungarians alone may decide on whom we wish to live together with. Brussels or Budapest, that was the question, and we decided that the right to make that decision lies exclusively with Budapest."*

ascensão ao poder de Viktor Orban e o seu partido Fidesz, a direita radical populista se consolidou na Hungria.

Inicialmente, Orban e o seu partido eram associados às políticas de centro-direita, tidos como democratas-cristãos, contudo, gradualmente, foram se tornando um governo radical, populista e iliberal, sendo caracterizados por seu nacionalismo, racismo e xenofobia. Tal regime, com reformas antidemocráticas promovidas no país como a criação de uma nova constituição, regulamentação da mídia e políticas centralizadoras, ultrapassou os princípios democráticos liberais, estabelecidos pelo Tratado da União Europeia,

A Hungria, que faz parte da União Europeia desde 2004 e, portanto, é comprometida com o respeito e adesão dos princípios acordados. Contudo, desde sua chegada ao poder, Orban mantém uma relação problemática e contraditória com o bloco. Observa-se tal relação em um dos episódios mais recente da política eurocética húngara: a Crise dos Refugiados de 2015. Episódio este em que a Hungria usou das fragilidades do sistema de imigração e asilo da União Europeia para criticá-la e fundamentar a sua posição hostil à mesma. Ao mesmo tempo em que as medidas e a narrativa adotadas pelo governo húngaro frente à crise dos refugiados violaram os valores fundamentais do bloco como o respeito aos direitos humanos e à dignidade humana. Outros 15 estados-membros da União Europeia se opuseram à cooperação do bloco na questão do asilo para refugiados, sendo a Hungria a voz contrária mais expressiva, mostrando seu poder de influência na Europa Central, apesar de seu isolamento político.

Na tentativa de restringir Orban e impedir o declínio cada vez mais acentuado do Estado Democrático de Direito na Hungria, o Parlamento Europeu junto a Comissão Europeia adotaram ações legais contra o governo húngaro por violações à legislação da União Europeia, porém, sem uma definição clara das violações sistemáticas, tais medidas foram não obtiveram sucesso.

Dessa forma, fica evidente que a direita radical populista húngara sob liderança de Viktor Orban e o Fidesz adotou procedimentos e práticas abertamente iliberais e eurocéticos, tanto no âmbito domésticos quanto externo, que sistematicamente se distanciaram das normas democráticas estabelecidas pela União Europeia. As tentativas do bloco de reverter o quadro do país se mostraram ineficazes, ao passo em que coloca em discussão a sua capacidade de conter um estado-membro que ativamente busca arruiná-lo.

A política externa de Viktor Orban é um exemplo de política externa populista. Durante seus anos de governo, Orban conduziu a Hungria de uma posição de cooperação regional, que visava a integração em organizações econômicas e de segurança para uma posição de busca e engajamento com novos parceiros como Rússia e China, resultando em uma ruptura radical

com o consenso de democracia liberal, economia de mercado e integração. Sendo essas ações diplomáticas justificadas por suposto consenso popular e nacional.

REFERÊNCIAS

ÁDÁM, Zoltán; BOZÓKI, András. State and faith: Right-wing populism and nationalized religion in Hungary. *Intersections. East European Journal of Society and Politics*, v. 2, n. 1, 2016.

ÁGH, Attila. The decline of democracy in East-Central Europe: Hungary as the worst-case scenario. *Problems of Post-Communism*, v. 63, n. 5-6, p. 277-287, 2016.

ACNUR, 2015. Um milhão de refugiados e migrantes fugiram para a Europa em 2015. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2015/12/22/um-milhao-de-refugiados-e-migrantes-fugiram-para-a-europa-em-2015/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BÍRÓ-NAGY, András. Illiberal democracy in Hungary: The social background and practical steps of building an illiberal state. *Illiberal democracies in the EU: The Visegrad Group and the risk of disintegration*, p. 31-44, 2017.

BLANCO, Silvia. A ascensão do extremismo: uma ameaça que se propaga pela Europa. *UOL Notícias, Madri*, 2012. D Acesso em: 20 de abr. 2013.

BRACK, Nathalie; STARTIN, Nicholas. Introduction: Euroscepticism, from the margins to the mainstream. *International political science review*, v. 36, n. 3, p. 239-249, 2015.

BRITANNICA. The euro zone debt crisis. BRITANNICA. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/European-Union/The-euro-zone-debt-crisis>. Acesso em: 24 mai. 2023.

BOZÓKI, András; HEGEDŰS, Dániel. UM REGIME HÍBRIDO COM LIMITAÇÕES EXTERNAS: A HUNGRIA NA UNIÃO EUROPEIA. *Relações Internacionais*, n. 55, 2017.

BBC. Hungary races to build border fence as migrants keep coming 2015. *BBC News, Hungary*, 6 ago. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-33802453>. Acesso em: 9 mai. 2023.

CUNHA, Débora; MARTINS, Fernanda. A União Europeia e a promoção do modelo liberal-democrático: A atuação no sul e leste da Europa e novos desafios. *Revista de Estudos Internacionais*, Vol. 8 (3), 2017: 220 – 235

EIU. 2011. Democracy Index. Disponível em: https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/FIW_2011_Report_PDF.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.

KRISZTINA, Koenen. Hungary on its own path. *Geopolitical Intelligence Services*, 2023. Disponível em: <https://www.gisreportsonline.com/r/hungary-foreign-policy/>

ILIKOVA, Lilia; TUSHEV, Andrey. Right-Wing Populism in Central Europe: Hungarian Case (Fidesz, Jobbik). *Utopía y Praxis Latinoamericana*, v. 25, n. 12, p. 325-332, 2020.

KONTLER, László. *Uma História da Hungria*. Ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021

KELEMEN R. Daniel. "Europe's Hungary Problem: Viktor Orbán Flouts the Union," *Foreign Affairs*, 2015

LARUELLE, Marlene. Illiberalism: A conceptual introduction. *East European Politics*, v. 38, n. 2, p. 303-327, 2022.

MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Editora Companhia das Letras, 2019

MUDDE, Cas. Introduction to the populist radical right. In: *The populist radical right*. Routledge, 2016. p. 1-10

NYSSÖNEN, Heino; METSÄLÄ, Jussi. Liberal democracy and its current illiberal critique: The emperor's new clothes?. *Europe-Asia Studies*, v. 73, n. 2, p. 273-290, 2021.

OSCE/ODIHT. Relatório Final sobre as Eleições Parlamentares Húngaras, 2014. Disponível em: <http://www.osce.org/odihr/elections/hungary/121098>. Acesso em: 18 jun. 2023.

ORBÁN, Viktor. "Prime Minister Viktor Orbán's speech at the meeting for the heads of diplomatic missions". 2016. Disponível em: <https://2015-2019.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/prime-minister-viktor-orban-s-speech-at-the-meeting-for-the-heads-of-diplomatic-missions>

ORBÁN, Viktor. "The End of Liberal Democracy" na Bálványos Free Summer University, 2014

PAPP, Attila Z. Trickster logics in the Hungarian dual-citizenship offer. In: *The Political Anthropology of Ethnic and Religious Minorities*. Routledge, 2018. p. 18-32.

PEW RESEARCH CENTER. "End of Communism Cheered but Now with More Reservations". Nov. 2009. Disponível em: <http://www.pewglobal.org/2009/11/02/end-of-communism-cheered-but-now-with-more-reservations/>. Acesso em: 24 de set. 2022.

PEW RESEARCH CENTER. "Number of Refugees to Europe Surges to Record 1.3 Million in 2015". Pew Research Center, 2 ago. 2016. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/global/2016/08/02/number-of-refugees-to-europe-surges-to-record-1-3-million-in-2015/#:~:text=In%20all%2C%20Hungary%20received%20174%2C000,Europe%27s%20asylum%20seekers%20in%202015>. Acesso em: 24 mai. 2023

POGÁNY, Istvan. 2013. "The Crisis of Democracy in East Central Europe: The 'New Constitutionalism' in Hungary." *European Public Law* 19(2): 341-367.

PYTLAS, Bartek. Radical-right narratives in Slovakia and Hungary: historical legacies, mythic overlaying and contemporary politics. *Patterns of Prejudice*. Londres, vol. 47, n. 2, p.162-183, 2013.

RYDLIŃSKI, Bartosz et al. Viktor Orbán—first among illiberals? Hungarian and Polish steps towards populist democracy. *Online Journal Modelling the New Europe*, n. 26, p. 95-107, 2018.

SADECKI, Andrzej et al. In a state of necessity. How has Orbán changed Hungary. OSW Ośrodek Studiów Wschodnich im. Marka Karpia, 2014.

SPENCE, A. Orbán's media playbook, now coming to Poland. Politico, 8 jan. 2016. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/orban-media-playbook-coming-to-poland-media-law-human-rights-european-values/>. Acesso em: 24 mai. 2023.

SCHEPPELE, Kim Lane. Autocratic legalism. *The University of Chicago Law Review*, v. 85, n. 2, p. 545-584, 2018.

SCHEPPELE, Kim Lane. Understanding Hungary's Constitutional Revolution. A.v. Bogdandy & P. Sonnevend (Eds.). *Constitutional Crisis in the European Constitutional Area: Theory, Law and Politics in Hungary and Romania* p. 111–124, 2015.

THATCHER, Margaret. “The Bruges Speech” na College of Europe, em Bruges, 1988. Disponível em: <https://www.margarethatcher.org/document/107332>

THE WORLD BANK. World Development Indicators. 2009. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2013&locations=HU&start=1998>

TRATADO da União Europeia. 29 de fevereiro de 1992. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex%3A12012M%2FTXT>.

VARGA, Mihai; BUZOGÁNY, Aron. The foreign policy of populists in power: Contesting liberalism in Poland and Hungary. *Geopolitics*, v. 26, n. 5, p. 1442-1463, 2021.

VISNOVITZ, Péter; JENNE, Erin Kristin. Populist argumentation in foreign policy: the case of Hungary under Viktor Orbán, 2010–2020. *Comparative European Politics*, v. 19, p. 683-702, 2021.

WILKIN, Peter. The rise of ‘illiberal’ democracy: The orbánization of Hungarian political culture. *Journal of World-Systems Research*, v. 24, n. 1, p. 5-42, 2018.